

Terça-feira, 14 de Setembro de 2004 - Estrasburgo

Situação humanitária no Sudão

Gomes (PSE). - Senhor Presidente, a crise humanitária de Darfur tem causas políticas. A rebelião do povo de Darfur, não por reivindicações separatistas, mas contra o subdesenvolvimento e a marginalização política e económica a que tem sido votado por Cartum, que desde os anos 80 instiga a conflitualidade inter-étnica. Estamos a lidar não com um governo relutante em assumir as suas responsabilidades, mas com um governo ditatorial que gasta mais de metade do orçamento de Estado a comprar "Migs" e outro equipamento bélico e não investe em benefício do povo sudanês os proventos do petróleo. É um regime habituado a viver com sanções, sofisticado a explorar as contradições da comunidade internacional, hábil a mobilizar, em sua protecção no Conselho de Segurança, os países a quem vende petróleo ou a quem compra armas, como a China e o Paquistão. É um governo que percebe que não há vontade política quando membros permanentes do Conselho de Segurança usam palavras como genocídio para classificar o que se passa em Darfur e não agem imediatamente com meios adequados para o travar não apenas com palavras. É por isso que o Governo do Sudão cumpre apenas uma parte das suas obrigações nos termos da Resolução 1556, mas não cumpre o essencial que é pôr fim à guerra que trava contra o seu povo em Darfur.

A União Africana está a fazer um trabalho que deve ser louvado e apoiado devidamente pela União Europeia. Mais tem que ser feito, designadamente em termos das suas capacidades logísticas e militares operacionais e mais tem que ser feito para ajudar à coordenação entre a União Africana e as Nações Unidas, mais tem que ser feito também no rápido apoio às organizações humanitárias e às agências humanitárias no terreno. O reforço substancial da presença internacional no terreno é crucial, quer através de monitores do cessar-fogo da União Africana e respectivos protectores militares, quer através de agências humanitárias, monitores de direitos humanos e também polícia internacional, com mandato claro do Conselho de Segurança para proteger a população civil em risco. Foi isso que nos pediram todos os refugiados e deslocados com que a missão do Parlamento falou. Os Governos da União Europeia no Conselho de Segurança e fora dele têm especiais responsabilidades de passar uma mensagem coerente ao Governo do Sudão que é de, no fundo, tão fraco e cheio de rivalidades, como ditatorial e corrupto. Se este Parlamento, se os Governos europeus pensam que a situação no Darfur "amount to genocide", não poderão, no mínimo, coerentemente, eximir-se a recomendar e a aplicar um embargo de armas e um embargo de petróleo. É esta a única linguagem que o Governo do Sudão compreende. A União Europeia e toda a comunidade internacional deve exigir a aplicação do cessar-fogo e devem exigir que o Acordo em vigor se estenda a todas as regiões.